

Na direção de uma *nova economia*: para a crítica ao social-liberalismo brasileiro

FLÁVIO BEZERRA DE FARIAS

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)

“Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido e perigoso é o seu domínio.”

Karl Marx¹

Recusa-se a famigerada metáfora histórica do movimento pendular, a qual estabelece a primazia temporária do Estado ou do capital, que atualmente estaria fechando um *ciclo completo* sob uma forma repetitiva secular. Assim, na evolução da mobilidade do capital aparecem tanto momentos de baixa, com a primazia dos aparelhos de Estado inerentes ao capitalismo organizado, como momentos de alta, com a primazia dos mecanismos de mercado próprios ao *capitalismo desorganizado*.²

Esse movimento mecânico e superficial não exprime corretamente a dialética entre as categorias Estado e capital, nem tampouco justifica a emergência temporal e espacial de suas novas formas e funções no sentido de um modelo capaz de realizar uma unificação global. Ou melhor, um processo universalista e uniforme de *mundialização do mundo*.³ Por um lado, quando os pólos da Tríade entram em disputa uns com os outros, colocando em causa este sentido unitário, isso não significa em absoluto um retorno às velhas formas imperiais. Por outro lado, quando os pólos periféricos entram em choque com o *imperialismo hegemônico global*,⁴ isso não implica de maneira alguma o retorno das guerras coloniais do passado. O imperialismo e o

¹ *O Capital*, várias edições.

² Claus Offe. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³ Étienne Balibar. *La crainte des masses*. Paris: Galilée, 1997, p. 450.

⁴ István Mészáros. *O século XXI — socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003, p. 12.

colonialismo devem ser abordados como formas historicamente determinadas, embora a barbárie arraigada naqueles fenômenos tenha se perpetuado para além do século XX.

Hoje, os conflitos interestatais cada vez mais agudos são, na realidade, mais um passo no avanço histórico da intensidade das relações dialéticas entre Estado e capital em escala mundial. Portanto, não se pretende utilizar a metáfora do pêndulo numa constatação simples ou tautológica de que um novo tipo de Estado está em vias de emergir, com suas próprias instituições, práticas e formas de inovação particulares.⁵

Recusa-se, também, a tese liberal de que a relação entre o poder do mercado (do capital) e o poder da nação (do Estado) é principalmente marcada pela antinomia. Em vez disso, utiliza-se do método marxista,⁶ que explicita uma configuração dialética no seio das respectivas evoluções do capital e do Estado, cujas mediações de contradições são também historicamente determinadas.

A totalização no seio da formação socioeconômica⁷ não conduz a um capitalismo organizado ou desorganizado, controlado ou descontrolado, etc, cujo Estado correspondente seria máximo ou mínimo, forte ou fraco, etc. Trata-se na realidade de relações orgânicas entre formas sociais e históricas, que implicam um todo com múltiplas determinações tanto quantitativas, quanto qualitativas. De acordo com esta idéia geral, as principais tendências do imperialismo são de dupla natureza, a saber: pelo lado do capital, a chamada era *pós-fordista* tende para traços denominados como *financeirização* e *globalização*; pelo lado do Estado, a chamada era *pós-moderna* tende para traços denominados como *neoliberalismo* e *autoritarismo*. O desencadeamento positivo de um processo de democratização imperial, que seria inerente ao chamado fim da guerra fria não passa de uma utopia abstrata, pois a propensão ao *totalitarismo* instalou-se na escala mundial.

⁵ David Held. *Democracy and the Global Order*. Londres: Polity Press, 1995 e Daniel Drache (dir.). *The Market or the Public Domain*. Londres-Nova York: Routledge, 2001.

⁶ György Lukács. *Ontologia do ser social*. São Paulo: LECH, 1979.

⁷ Karl Marx. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Sociales, 1977, p. 2.

A terceira via social-liberal

No Brasil, a propensão ao totalitarismo pós-moderno se manifesta tanto no respeito governamental (pacífico, afetuoso e servil) aos compromissos assumidos com o imperialismo hegemônico global, quanto no desrespeito (belicoso, grosseiro e infiel) aos compromissos de mudança assumidos anteriormente com as massas trabalhadoras. Por um lado, através de sujeição à *obrigação de casa*, imposta de maneira exógena, que reafirma a estratégia de ataque neoliberal aos direitos dos trabalhadores, isto é, que continua a contra-reforma para expulsar o trabalho vivo da Constituição de 1988. Por outro lado, através de arbitrária *desobrigação democrática*, imposta de maneira endógena, que confunde politicamente a reforma do amigo de classe (Lula) com a contra-reforma do inimigo de classe (Cardoso), isto é, que implementa na prática um estelionato eleitoral social-liberal. Constitui-se, pois, uma governabilidade institucionalista, autoritária e desprovida de soberania e autonomia política, que corresponde aos interesses das classes dominantes e não aos interesses das classes exploradas, oprimidas e humilhadas.

Por isso, nos dias 6 e 7 de junho de 2003, Lula substituiu Cardoso na 4ª Conferência de Cúpula da “Terceira Via”, renomeada para “Governança Progressista”, o movimento liderado por Tony Blair como uma posição intermediária entre o neoliberalismo e a social-democracia.⁸ A ideologia brasileira dominante é social-liberal, embora esteja mais propensa ao neoliberalismo econômico, pois já está claro e evidente que muitos intelectuais brasileiros da esquerda oficial dita moderada aderiram, de modo mais ou menos aleivoso e obstinado, ao mito do mercado auto-regulável,⁹ ou melhor, à utopia contemporânea do mercado eterno e livre.¹⁰

No Brasil, a ideologia dominante acredita, implicitamente, na repetição da história através de uma metáfora pendular, em que o Estado vai e vem, relativamente ao mercado. Supõe, então, que o momento atual é de afastamento do intervencionismo estatal e, conseqüentemente, de uma crescente

⁸ *Folha de S. Paulo*, 6 jun. 2003, p. A16.

⁹ Karl Polanyi. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

¹⁰ Ernest Mandel. *Socialismo versus mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991.

submissão aos mecanismos de mercado, os quais são em última análise os despóticos responsáveis pelo controle da produção e do emprego. No campo econômico é evidente que tudo “o que acontecerá em cada país dependerá substancialmente de seu povo e de seu governo”, mas a ideologia social-liberal perde irresponsavelmente o “binômio imaginação e coragem” e se conforma em sustentar a *realpolitik* de que “em seu avanço veloz, a integração política planetária vem reduzindo drasticamente a ação regulatória dos Estados nacionais (...) No campo da política econômica, muitas variáveis dependem de decisões tomadas fora do país.”¹¹ Com isto, a ideologia dominante descarta a socialização e o planejamento democráticos, e renega até mesmo sua antiga crença no reformismo — ou seja: na utopia da regulação estatal e contratual; na resistência à dependência econômica e política; no combate ao neoliberalismo; na autonomia cultural e ideológica dos povos periféricos; etc. Em suma, a ideologia dominante abandona tanto o *mito do desenvolvimento econômico*¹² articulado com um pacto de classe social-democrata,¹³ quanto o traçado da integração do trabalho vivo através da constituição do *Welfare State*.¹⁴ Ela não sustenta mais o antigo fetichismo fordista de fazer com que a sociedade gire como um *carrossel*, no qual o Estado promovia a integração em detrimento da ruptura operária e, portanto, a colaboração de classe, conforme o projeto histórico social-democrático¹⁵ ao mesmo tempo, providencial, progressista e seguro. Para além do fordismo e na era da globalização, a classe operária teria entrado, definitivamente, na *casa dos horrores* do neoliberalismo, isto é, numa pós-modernidade insegura, improdutiva e especulativa. Portanto, as massas trabalhadoras estariam condenadas à tirania da *era do risco*.¹⁶

Diante do fetichismo e das barbáries flagrantes do *novo capitalismo*, no centro e, sobretudo, na periferia, surge a solução mais tipicamente pérfida

¹¹ Celso Furtado. A responsabilidade dos cientistas. *Folha de S. Paulo*, 13 jun. 2003, p. A3.

¹² Celso Furtado. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

¹³ John M. Keynes. *Teoria Geral*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

¹⁴ Claus Offe. *Modernity and the State*, Cambridge-UK: Polity, 1996 e Michael Hardt & Antonio Negri. *Il lavoro di Dioniso*. Roma: Manifestolibri, 1995.

¹⁵ Adam Przeworski. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁶ Ulrich Beck. *Risk Society*. Londres: Sage, 1992.

— alardeada na mídia como oportuna, fascinante e factível —, imposta pela *realpolitik* de um ex-trotskista periférico, Antonio Palocci, que se tornou ministro da Fazenda do Brasil. Este médico sanitarista fez um diagnóstico pessimista quanto à vontade e otimista quanto à compreensão para impor autoritariamente a terceira-via de um ex-trotskista central, Lionel Jospin — ou seja: “sim à economia de mercado, não à sociedade de mercado” —, cuja implementação na França de 1997 a 2002 dividiu o campo da esquerda e resultou no fortalecimento da direita que, lamentavelmente, retornou ao governo em 2002.

Como o governo Lula adotou na prática o modelo do capitalismo patrimonial — implicitamente, sem discussão teórica e com atropelo político (do PT) e sindical (da CUT) —, desencadeou um processo de imposição e transposição autoritária do mesmo à nação brasileira, através da chamada reforma da previdência. Convém analisar este modelo na sua formulação francesa original.

O modelo do capitalismo patrimonial

Na França, o modelo do capitalismo patrimonial teve forte desempenho teórico e prático, pois penetrou nas universidades, nos partidos políticos e nos sindicatos oficiais. Por ocasião das eleições de 2002, este modelo sofreu uma grande derrota política com o fracasso do Partido Socialista, mas penetrou no coração das tendências mais oportunistas da escola da regulação,¹⁷ embora seja uma formulação recente — pois, supostamente, a globalização financeira se insere no quadro da “grande transformação”¹⁸ que está sendo “vivenciada por nossas sociedades contemporâneas” a partir dos anos 1980.¹⁹ Portanto, a grande difusão do novo modelo de crescimento não seria um efeito de moda, mas corresponderia bastante ao porte da gloriosa mudança de época.

Na abordagem do capitalismo patrimonial, a atualização do compromisso social e do funcionamento da sociedade salarial é uma dupla imposição de

¹⁷ Para uma análise crítica das abordagens regulacionistas, ver Flávio B. Farias. *O Estado capitalista contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2000.

¹⁸ Karl Polanyi. *Op. cit.*

¹⁹ André Orléan. *Le pouvoir de la finance*. Paris: Odile Jacob, 1999, p. 259.

seu motor, isto é, do progresso técnico e da evolução dos sistemas financeiros — em razão do fato de que “em longos períodos as finanças orientam o desenvolvimento histórico do capitalismo, bem como determinam as condições de financiamento que, alternativamente, provocam fases longas, onde o crescimento é encorajado e, depois, desencorajado.”²⁰ Na suposição de que “o crescimento depende, primeiramente, do investimento produtor de inovações”, Aglietta analisa as empresas dos países centrais no período 1970-1993, e chega à constatação de que existe “manutenção da rentabilidade, mas também dificuldades para financiar o progresso técnico.”²¹ Seria preciso, então, semear no “terreno fértil das inovações financeiras”,²² para colher frutos, ou melhor, ganhos tanto para as empresas, quanto para a ideologia do setor tecnicista da escola da regulação.

Convém não esquecer o que se oculta atrás do aumento da rentabilidade das empresas. Mesmo um autor keynesiano pós-moderno como Giraud encontra duas causas verossímeis na explicação dos elevados rendimentos atuais: “em primeiro lugar, um enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores assalariados, pelo fato de que as firmas globais os colocam em competição na escala mundial; em segundo lugar, um aumento da produtividade do capital produtivo, originária ela própria da rápida difusão das tecnologias da informação e da comunicação, fortemente estimulada pela globalização comercial.”²³

Os regulacionistas tecnicistas não sublinham o estímulo que isso poderia dar ao avanço do fordismo para o pós-fordismo, mas à passagem da sociedade salarial para a sociedade pós-salarial. Para eles, tal passagem só causaria inquietação no nível da orientação dos investimentos e da estrutura da repartição das rendas. Possivelmente, a colocação do progresso técnico em lugar secundário decorre das hipóteses seguintes que adotaram: a primazia das finanças sobre a economia real, o extenso fracionamento do salariado, a ampliação da ruptura do vínculo entre o aumento do salá-

²⁰ Michel Aglietta. *Macroéconomie financière*. Paris: La Découverte, 1995, p. 59.

²¹ *Idem*, p.16-17.

²² *Idem*, p. 3.

²³ Pierre-Noël Giraud. *Le commerce des promesses*. Paris: Seuil, 2001, p. 358.

rio real e os ganhos de produtividade, da rejeição de uma legislação trabalhista universal, etc.

Atrás das referências incessantes à atualização do progresso técnico, material e social na era da mundialização, são exatamente relações de exploração e de dominação cada vez mais violentas que são implementadas. Na abordagem tecnicista, o progresso técnico torna-se um viés regulacionista para não considerar a luta de classes como motor da história.²⁴ Assim, a liberalização financeira passa a ser o grande evento do fim do segundo milênio, porque teria provocado a ultrapassagem do salariado “fordista” para o salariado “patrimonial”, que por sua vez se integrará perfeitamente no “capitalismo do futuro”.²⁵ Mas é duvidoso que ocorra realmente um regime de crescimento universal, porque, desde a primeira metade dos anos 1990 (que é tido como o momento do advento desse novo regime), “apenas uma grande economia, a dos Estados Unidos, experimentou uma fase de crescimento perfeitamente reconhecível”.²⁶ A não ser que se acredite na transposição mecânica dos modelos de crescimento de país para país, “isto coloca, no plano teórico, a questão fundamental da relação dos regimes de acumulação com o movimento da internacionalização nas suas formas sucessivas. Esta questão, que, quando atinente ao regime fordista, havia sido esquivada em vez de resolvida, exige ser tratada profundamente no que concerne ao regime de acumulação sob a dominância financeira.”²⁷ Porque ocorreu a passagem “da regulação fordista, que privilegiava o pólo industrial e devedor, para uma regulação financiarizada, que prioriza o pólo financeiro e credor.”²⁸

²⁴ Michel Aglietta e Anton Brender. *Les métamorphoses de la société salariale*. Paris: Calman-Lévy, 1984.

²⁵ Michel Aglietta. *Le capitalisme de demain. Note de la Fondation Saint Simon*, Paris, nov. 1998.

²⁶ François Chesnais. *La théorie du régime d'accumulation financiarisé. Forum de la Régulation*, 11-12 out. 2001, p. 2.

²⁷ *Idem*.

²⁸ André Orléan. *Op. cit.*, p. 248. Entretanto, o escândalo da falência fraudulenta da Enron explicitou, por um lado, os “conflitos de interesses” entre esses poderes, por outro, a corrupção provocada por certas “práticas contábeis” e certas “informações financeiras” (*Le Monde*, 6 fev. 2002, p. 23). Não se trata de um pequeno caso isolado, como ficou patenteado no escândalo WorldCom, ocorrido em 21 de julho de 2002, que se tornou a maior das falências fraudulentas nos Estados Unidos (*Le Monde*, 23 jul. 2002).

Esta transformação não assumiu a forma de uma liberalização financeira de maneira espontânea, pois “a característica central da *Reaganite*” era dupla, como economia política do financeiro: “em primeiro lugar, colocar o capital-dinheiro numa posição de dominação política durante décadas; e, em segundo lugar, expandir e explorar o Regime *Dollar-Wall Street* no sentido de colocar o interesse dos Estados Unidos em primeiro lugar. A dominação do capital-dinheiro implicava a política de combate à inflação (que corroía os lucros do capital-dinheiro), as medidas de desregulamentação do setor bancário e financeiro, a oferta aos ricos de uma imensa redução de impostos (sempre estimulando o setor financeiro e a atividade rentista), assim como a continuidade de uma política de valorização do dólar. O crescimento industrial seria implementado, sobretudo, por intermédio de uma grande expansão do orçamento de defesa, acelerando e ampliando o déficit orçamentário e absorvendo capital do exterior (...). A nova dominância do capital-dinheiro e a campanha antiinflação eram essencialmente um incentivo para que os empresários comesçassem um ataque ao poder, aos direitos e à segurança de seus empregados a fim de restaurar a rentabilidade.”²⁹

Certos autores sublinham que essa grande mutação “foi pretendida pelos governos dos países ricos”, de maneira formalmente legítima, porque “refletiram a vontade das classes médias”, que “simultaneamente ambicionaram o desenvolvimento do Estado-providência e, enfim, uma melhor remuneração para sua poupança.”³⁰ Porém, “a lógica auto-referencial que domina os mercados bursáteis engendra convenções transitórias que não permitem um crescimento sustentável no longo prazo.”³¹ Esta mudança não provoca a desordem, mas a convenção; “só produz consensos instáveis e precários, pois

²⁹ Peter Gowan. *The global gamble*. Londres/Nova York: Verso, 1999, p. 40.

³⁰ Pierre-Noël Giraud. *Op. cit.*, p.345. “O caso Enron sublinha todos os defeitos de um capitalismo excessivamente laxista e indiferente ao destino de infelizes trabalhadores, destituídos de emprego e, além do mais, de aposentadoria, embora tenham contribuído durante dezenas de anos.” (Denis Lacorne. Bush, nouveau disciple de Machiavel? *Le Monde*, 7 fev. 2002, p. 16).

³¹ André Orléan. *Op. cit.*, p. 259-260. Assim, o caso Enron “fortalece a imagem de um Partido Republicano indiferente ao destino dos trabalhadores e recoloca em causa todo o equilíbrio da economia americana. Desde então, as contas anuais das sociedades serão regulamentadas rigorosamente, o que diminuirá, em muitas situações, o tamanho dos lucros anunciados e, portanto, poderá desacelerar a retomada anunciada pelos economistas e financistas de *Wall Street*.” (Denis Lacorne. *Op. cit.*, p. 16).

se origina no mimetismo auto-referencial, e não na deliberação que é fundada no compromisso com valores reconhecidos e comprovados”, o que cria permanentemente a necessidade da “potência normativa e integradora do acordo democrático, deliberativo e argumentado”.³² Portanto, tal mutação “foi impulsionada pelo transtorno da norma monetária, que foi provocado por Volcker em 1979.”³³ Afinal de contas, no quadro da primazia do mercado, “a construção institucional potencialmente ‘reguladora’ é, então, de uma extrema fraqueza diante da avalanche de medidas que ‘restituem’ ao capital a sua total liberdade de manobra, tomadas no contexto das políticas de liberalização e de desregulamentação.”³⁴

Segundo os reformistas keynesianos pós-modernos, a regulamentação financiarizada é autoritária nas suas origens, mas, uma vez bem instalada, não se realiza jamais sem legitimidade, em níveis nacional e internacional. Portanto, nas reformas destinadas a salvar os chamados “capitalismos patrimoniais”, é preciso ir além do contexto limitado dos Estados-nações, que têm ainda amplas margens de manobra. Assim, um reformista pós-moderno propôs “uma caracterização muito mais extensa dos capitalismos, fundada no grau de abertura dos territórios e na natureza das intervenções estruturais estáveis dos Estados sobre as dinâmicas econômicas no seu território.”³⁵ Mas esses Estados não podem realizar uma forma de regulação monetária plena e adequada à globalização financeira. Na época do capitalismo fordista, teria existido o problema da passagem da microeconomia à macroeconomia. Na época do capitalismo patrimonial, haveria de existir a questão da passagem da *corporate governance* à *global governance*. Para encontrar-lhe uma solução, seria preciso crer na possibilidade de progresso na coordenação interestatal: “com efeito, controlar a globalização exige a prescrição aos governos de uma coordenação maior de suas intervenções estatais na economia, para escapar da chantagem e da concorrência sistemática suscitadas por elementos nômades. Controlar a globalização exige, então,

³² André Orléan. *Op. cit.*, p. 255.

³³ *Idem*, p. 249.

³⁴ François Chesnais. *Op. cit.*, p. 2.

³⁵ Pierre-Noël Giraud. *Op. cit.*, p. 359.

também uma certa globalização da política.”³⁶

Como esta permanece “ainda amplamente algo a ser inventado”, produz-se um “vazio” que “é atualmente preenchido pelas organizações não-governamentais (ONGs)”.³⁷ Seu poder de influência sobre a opinião é decisivo no que diz respeito à regulação contratual do capitalismo patrimonial. É preciso, então, colocar a esperança explícita neste “espaço público global, integrando finanças e política sob o controle da opinião (...)”. Os ‘fundos éticos’ ou os ‘fundos ambientais’ ilustram muito bem os efeitos da irrupção da opinião no campo financeiro”,³⁸ assim como a esperança implícita no progresso social que “teria por efeito a restrição da importância das operações puramente especulativas.”³⁹ Mas, na avaliação deste keynesiano pós-moderno, as ações e os protestos das ONGs exprimem simplesmente o vazio da globalização política: “entretanto, duvido que um ajuntamento heteróclito de ONG de toda natureza, cujos objetivos são freqüentemente divergentes, algumas defendendo interesses muito particulares e até mesmo abertamente obscuros, ajuntamento que se manifesta desde então regularmente na rua durante cada reunião de instâncias internacionais, seja a forma finalmente encontrada da política global que nos falta.”⁴⁰

Enfim, todos esses projetos reformistas exigem “uma análise renovada que envolveria filosofia política, sociologia e economia.”⁴¹ Na realidade, para fazer a crítica da globalização financeira no sentido da democratização planetária, é preciso apreender a dialética das formas e das funções estatais. É preciso sair também do raciocínio regulacionista tecnicista segundo o qual “as finanças globais de mercado são um potente estimulante de inovação *schumpeteriana* e, portanto, da inovação e da difusão do progresso técnico,

³⁶ *Idem*, p. 363.

³⁷ *Idem*, p. 363-364.

³⁸ André Orléan. *Op. cit.*, p.262.

³⁹ *Idem*, p. 44.

⁴⁰ Pierre-Noël Giraud. *Op. cit.*, p.363-364.

⁴¹ André Orléan. *Op. cit.*, p. 262.

assim como do crescimento.”⁴² Evidentemente, isto é o mesmo que cair no fetichismo segundo o qual “a potencialidade da tendência universalizante do capital, por sua vez, se transforma na realidade da alienação desumanizante e na reificação.”⁴³

Entretanto, Pierre-Noël Giraud fez uma crítica pertinente de certos projetos de reforma que surgem dos debates em torno dos meios de “controlar a globalização”, por um lado; e, por outro, da questão da “instabilidade financeira”, cuja “raiz” se encontra no “elo entre finanças liberalizadas e moeda”.⁴⁴ Com efeito, esses projetos esquecem freqüentemente que, “como a globalização torna as políticas estatais interdependentes, mas de maneira muito desigual e assimétrica, potentes conflitos de repartição estão presentes em toda reforma das regulações interestatais”, de um lado; e, de outro, “somente crises ainda mais graves do que as que conhecemos farão progredir a coordenação interestatal”, salvo se “potentes forças políticas, agindo no nível mundial, lhes obrigasse a isto antes.”⁴⁵

Portanto, a velha solução imperialista golpista jamais foi descartada da sociedade salarial do individualismo patrimonial, cuja manutenção não dependeria de nenhum compromisso social entre as classes. Ao contrário, “violência aumentada, internacionalização, enfraquecimento dos meios de controle e de mediação estatais dos conflitos de repartição, é assim que se resumem os efeitos nesse domínio da globalização financeira.”⁴⁶ Mas esta violência é exercida simultaneamente contra os povos⁴⁷ e contra os trabalhadores assalariados. Com efeito, no capitalismo patrimonial, a classe capitalista, como classe dominante, não é mais visível politicamente como principal oponente à superação das desigualdades do mundo, da mesma maneira que a classe operária, como classe dominada, “não é mais visível politicamente como principal

⁴² Pierre-Noël Giraud. *Op. cit.*, p. 359.

⁴³ Istvan Mészáros. *Op. cit.*, p. 17.

⁴⁴ Pierre-Noël Giraud. *Op. cit.*, p. 171 e seguintes.

⁴⁵ *Idem*, p. 295.

⁴⁶ *Idem*, p. 354.

⁴⁷ Claude Serfati. *Violences de la mondialisation capitaliste. Contre Temps*, n. 2, set. 2001.

opponente ao capitalismo".⁴⁸ Com efeito, no capitalismo pós-moderno, as condições de existência dos trabalhadores se tornam vinculadas ao capital não somente através da mediação do salário, mas também por intermédio de relações de poupança, isto é: "se as relações de poupança passam por uma mediação estatal, como na Europa Ocidental, a seguridade social dos trabalhadores está menos vinculada aos acontecimentos de mercado e aos interesses especulativos. Mas se as relações de poupança estão sob controle direto dos mercados financeiros privados, então os próprios trabalhadores adquirem um interesse especulativo."⁴⁹

Não se trata, porém, de eliminação das fronteiras de classe, nem simplesmente de conflitos de repartição, como pensam os keynesianos pós-modernos: "as classes médias poupadoras carregaram para o interior do processo centenas de milhões de pessoas que vivem apenas das rendas de seu próprio trabalho. Tais pessoas também são, desde então, envolvidas em conflitos de repartição, sobre os quais não têm o mínimo poder — é o destino comum —, mas nos quais têm todas as possibilidades de serem sistematicamente perdedoras. Porque, para elas, cujo trabalho é um elemento fixado a um território, contrariamente à poupança tornada móbil, a globalização financeira não dá nenhuma liberdade suplementar. Ao contrário, ela a suprime".⁵⁰

Convém não cair na falsa aparência de que os assalariados fordistas contavam apenas com os salários (diretos e indiretos), mas que agora, na nova forma de progresso social, seria preciso contar também com ganhos financeiros de certas categorias do assalariado patrimonial. Na realidade, "o discurso para os que não possuem quase nada, buscando seduzi-los com o capitalismo patrimonial é, sem dúvida, um dos pontos culminantes dessa formidável falsidade".⁵¹ Suas remunerações financeiras poderiam tanto atenuar os efeitos da busca desenfreada de rentabilidade sobre certos trabalhadores, como favorecer sua integração ao capitalismo sob a ilusão do individualismo patrimonial. Antes de toda crise financeira, a redução do salário somente se colocaria em

⁴⁸ Suzanne de Brunhoff et alii. *Bourgeoisie*. Paris: Syllepse, 2001, p. 75.

⁴⁹ Peter Gowan. *Op. cit.*, p. 56.

⁵⁰ Pierre-Nöel Giraud. *Op. cit.*, p. 354.

⁵¹ Michel Husson. *Le grand bluff capitaliste*. Paris: La Dispute, 2001, p. 22.

termos relativos, pelo aumento das desigualdades de rendas. Mas, como “portadora de crises; a globalização financeira provoca periodicamente, aqui e acolá, transferências violentas de riqueza, cujo balanço de conjunto é incerto, mesmo que no processo existam boas razões para pensar que simples assalariados são muito raramente os beneficiários, em cada caso particular.”⁵²

Nesse quadro, em que a relação mercantil desenvolvida se torna simplesmente um “comércio de promessas” não cumpridas, a diminuição do salário real por meio da inflação não será nada mais de que uma boa lembrança para os trabalhadores assalariados. Além disso, a única “transparência” em voga é como a que foi praticada pela empresa Enron: “no momento de sua falência, ela desvendou uma mistura de fraudes e de nepotismo. Sem esquecer um exagero prodigioso de seus lucros, que provocou o pânico dos investidores e a ruína de um império energético cujo volume de negócios havia ultrapassado o montante de 100 bilhões de dólares. Em um ano, seu valor bursátil foi dividido por 350. Tal destino esclarece à sua maneira o debate sobre os fundos de pensão: 60 % das somas destinadas a financiar as aposentadorias dos empregados da Enron estavam investidos em ações da sociedade”.⁵³

A revista *The Economist* (de 27 de julho de 2002) já constatou que o caso Enron é somente a ponta de um iceberg, pois dentre as dez maiores falências que se produziram nos Estados Unidos, sete ocorreram entre 2001 e 2002, a saber: Texaco (1987); Financial Corporation of America (1988); Mcorp (1989); Pacific Gas & Electric (2001); Enron (2001); Kmart (2002); Global Crossing (2002); NTL (2002); Adelphia (2002); e WorldCom (2002). Durante este último ano, as supressões de empregos têm-se multiplicado no mundo e as fusões e aquisições entraram em pane a partir do segundo semestre de 2001, como mostra o quadro seguinte:

As fusões e aquisições em pane (em bilhões de US\$)*

1997		1998		1999		2000		2001		2002
1ºsem	2º sem	1ºsem	2º sem	1ºsem	2º sem	1ºsem	2º sem	1ºsem	2º sem	1ºsem
520,890	659,916	819,280	952,588	1029,360	1191,971	1939,652	1371,810	1020,379	858,290	448,087

* De 1º de janeiro de 1997 a 10 de junho de 2002. Não inclui as privatizações.

Fonte : Dealogic 2002, in *Le Monde*, 27 jul. 2002, p.15.

⁵² Pierre-Nöel Giraud. *Op. cit.*, p. 355.

⁵³ Tom Frank. Enron aux mille et une escroqueries. *Le Monde Diplomatique*, fev. 2002, p. 24.

Para *The Economist*, parece que os investidores perderam a sua antiga confiança em *Wall Street*, onde se constata uma tendência à queda do índice dos valores bursáteis, na qual se percebe facilmente que ocorreram duas evoluções dignas de atenção.

Em primeiro lugar, verifica-se uma queda do índice dos valores bursáteis industriais do *Dow Jones*, cuja evolução a partir dos anos 1980 tinha sido estreitamente vinculada ao aumento do investimento nas tecnologias da informação; e, em segundo, uma brutal reviravolta dos valores bursáteis inscritos no *Nasdaq*, ocorrida em março de 2000, o que fornece argumentos aos que afirmam que os mercados financeiros serviram de suporte para uma bolha especulativa, que as autoridades monetárias dos Estados Unidos reconheceram sob a denominação de uma “exuberância irracional” em 1997.⁵⁴ O movimento de correção bursátil que se iniciou em 2000 levou a uma estagnação tanto do *Nasdaq* quanto do *Dow Jones* e, depois, a uma queda de ambos os índices. A depreciação de ativos financeiros foi mais acentuada no índice da nova tecnologia, na medida da proximidade com o tempo presente. Este movimento indica uma forte tendência à explosão da bolha especulativa das ações da “nova economia”.

Em sintonia com a ideologia social-liberal (de centro-esquerda) vigente na França antes da derrota eleitoral vergonhosa do Partido Socialista em 2002, ainda como ministro da Economia, das Finanças e da Indústria, Laurent Fabius, insistiu numa enérgica e apaixonada defesa do *capitalismo patrimonial* na Europa. Assim, “por inquietação com a eficácia, é o momento de promover o modelo europeu, buscando melhorá-lo”, no sentido de tornar compatíveis, por intermédio de uma “melhor regulação”,⁵⁵ “finanças e transparência”, apesar do fato de que “a falência da Enron nos convida a refletir e a agir, pois este grupo americano de comércio energético, que se tornou em poucos anos um dos gigantes do mundo, antes de provocar, por sua derrocada brutal, simultaneamente, a ruína de seus assalariados que haviam nele investido sua aposentadoria, a quebra dos acionistas

⁵⁴ Boyer, R., in Touffut, Jean-Philippe et alii. *Institutions et croissance*, Albin Michel, Paris, 2001: p.349.

⁵⁵ Cada país e a comunidade internacional têm necessidade de uma melhor regulação do sistema financeiro” (Laurent Fabius. Enron, finance et transparence. *Le Monde*, 13 fev. 2002, p.19.), sobretudo através do G7 / G8.

— exceto dos dirigentes — e o suicídio de um vice-presidente, esta falência não é simplesmente um escândalo a mais, com conseqüências políticas ainda incertas”.⁵⁶

Mas “compreender” e “transformar” em Fabius não têm nada de uma abordagem radical, no sentido marxiano do termo. Sua reflexão econômica permanece na economia política do financeiro e sua ação política permanece estritamente de acordo com os interesses das finanças. Portanto, “mais do que tudo, esta falência sublinha as lacunas da regulação em, pelo menos, cinco domínios: a definição das normas contábeis; a auditoria e a certificação das contas; a utilização dos produtos derivados e as transferências de riscos do setor bancário para os outros setores, particularmente os seguros; o enquadramento prudencial da poupança-aposentadoria; o financiamento dos partidos políticos.”⁵⁷

Entretanto, a questão não é simplesmente de reforma, mesmo ampla, ou seja: para a transparência das formas institucionais do “modelo patrimonial de crescimento”, para se desfazer das “insuficiências de uma concepção segundo a qual tudo poderia ser regulado unicamente pelo mercado”, para fazer a compatibilização sincrônica entre a democracia formal e sua substância burguesa atual, para além do fordismo e na era da globalização, e, portanto, para “uma melhor regulação do sistema financeiro mundial”.⁵⁸ Sob uma perspectiva histórica, o novo discurso de Fabius sobre “a transparência” não passa de uma farsa: “durante muito tempo, atratividade rimou com obscuridade. O caso Enron pode mudar a cartada. É preciso retornar a princípios fundamentais: uma sociedade está baseada num contrato que supõe confiança e controle. As contas devem servir para dar uma imagem sincera da empresa e não para mascarar a realidade. Na batalha mundial da competitividade, os países e os continentes que poderão garantir que seus mercados, suas operações e seus profissionais são realmente transparentes se beneficiarão de uma vantagem real. Contribuirão utilmente para a estabilidade financeira mundial.”⁵⁹

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ *Idem.*

⁵⁹ *Idem.*

Na realidade, não se pode ultrapassar nem a instabilidade nem o *globalitarismo* desse “modelo” sem a dialética na própria essência de um processo de *democratização*,⁶⁰ tanto no centro, quanto na periferia. Em ambos os casos, os renegados são intelectuais que, como adeptos (ou simpatizantes) do social-liberalismo, estavam antes articulados numa militância política de oposição moderada e burocrática, a qual traz a marca histórica do anticomunismo primário e, até mesmo, do fascismo ou do stalinismo. Mesmo numa observação histórica de relance (*à vol d’oiseau*), se constata que destas origens tem saído todo tipo de golpe baixo — nos momentos decisivos — contra aqueles que assumem uma posição radical, ou seja: “essencialmente crítica e revolucionária”.⁶¹ Os golpes são simplesmente repressivos ou burocráticos, mas às vezes são mortais, como nos casos de Gramsci, Luxemburgo e Trotsky.

A traição dos intelectuais

No Brasil, desde o início dos anos 1990, se manifesta uma crise do tipo diagnosticado nos anos 1920 pelo polemista Julien Benda como *a traição dos intelectuais*. Na experiência atual do Brasil, esta crise assumiu uma forma pecu-

ao social-liberalismo de Lula (populismo de centro-esquerda). Trata-se de amnésia sob as três psicopatologias respectivas seguintes: *esqueçam de mim, esqueçam o que escrevi e esqueçam o que fui* — todas elas variantes parafraseadas do desejo expresso de um ex-ditador (general João Figueiredo), que fora (gentilmente) classificado (apenas) como *autoritário* no sentido da abordagem apologética de Cardoso,⁶² e não no sentido da *teoria crítica*, ou seja: “o Estado autoritário é repressivo, qualquer que seja a forma adotada por ele”⁶³.

⁶⁰ György Lukács. *Socialisme et démocratisation*. Paris: Messidor/Sociales, 1989.

⁶¹ Marx, Karl. *Le Capital*. Paris: Sociales, 1976, t. I, p. 21.

⁶² Fernando H. Cardoso. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

⁶³ Max Horkheimer. *Théorie Critique*. Paris: Payot, 1978, p. 336.

Neste sentido, as formas brasileiras de autoritarismo incluem as práticas seguintes: o uso de decreto-lei ou de medida provisória; a ruptura com os princípios de justiça ou inclusão social; a política de aprofundamento e de ampliação das desigualdades; a governabilidade açambarcada através de táticas de submissão do poder legislativo ao poder executivo denominadas *é dando que se recebe* (diversas negociatas de compra de voto) ou *morde e assopra* (ora ameaça deixar à míngua, expulsar e inviabilizar reeleição, ora oferece banquetes, cargos e verbas). Enfim, a manipulação nacional-populista de jamais considerar os indivíduos como classe, para causar o seu “isolamento”, que é “praticado sistematicamente com a ajuda de todos os meios de comunicação (...) Eis o que é do domínio do catecismo da arte de governar de maneira autoritária.”⁶⁴

A referida crise que afeta todo renegado social-liberal deixou de ser conjuntural (passageira) para ser estrutural (durável) e, talvez, de *longue durée*.⁶⁵ Porque, a partir dos anos 1990, se constata as ocorrências de singulares, duplas ou triplas deslealdades, praticadas por intelectuais renegados, no contexto de uma *revolução passiva*⁶⁶ que causaria inveja — e, talvez, orgulho pelo seu viés continuísta — aos novos estadistas (dos anos 1930-1940), desenvolvimentistas (dos anos 1950-1960) ou republicanos (dos anos 1970-1980). Certos renegados pós-modernos (dos anos 1990-2000) usam a desculpa de eventos como a derrocada dos regimes ditos comunistas para defender a perpetuação do regime capitalista e considerar como absolutas as experiências de *socialismo real*. Tomam estas experiências como única possibilidade de *democracia operária*,⁶⁷ para desconsiderar o princípio de que “a democracia é uma forma do Estado, uma de suas variedades. É, então,

⁶⁴ *Idem*, p. 337.

⁶⁵ Ferdinand Braudel. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.

⁶⁶ Antonio Gramsci. *Quaderni del carcere*. Turim: Einaudi, 200, p. 962.

⁶⁷ “Por se opor à mistificação que acopla mercado e democracia para tornar insuperáveis as relações capitalistas, a reivindicação democrática associa o conjunto das formas de resistência e oferece à ruptura revolucionária uma nova perspectiva: Enquanto poder do maior número, dos trabalhadores, — portanto, do povo, essa conserva, certamente, o conteúdo que os clássicos [do marxismo] atribuíam à ditadura do proletariado.” (Georges Labica. Gramsci, Lenin, la rivoluzione. In Alberto Burgio & Antonio Santucci. *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*. Roma: Riuniti, 1999, p. 47).

como todo Estado, a aplicação organizada, sistemática, da restrição aos homens, por um lado; mas, do outro, significa o reconhecimento oficial da igualdade entre os cidadãos, do direito igual para todos de determinar a forma do Estado e de administrá-lo.”⁶⁸

O governo de Lula atua contra este princípio inerente a uma verdadeira democracia de massas⁶⁹ para justificar a *realpolitik* social-liberal, de um lado; e, do outro, admitir veladamente o princípio geral de “fim da história” do ultraliberal Fukuyama, que integra o *clã dos falcões* estadunidenses, como Perle (dito Príncipe das Trevas) e Rice (vulgo Tanque de Petróleo).

No sentido próprio, no início de junho de 2003, houve uma revoada singela (ou *molecular*) de intelectuais na cúpula *transformista*⁷⁰ do governo Lula, numa movimentação típica de uma falcoada de *think tanks* dos Estados Unidos. Assim, em 26 de junho, ao assumir o cargo de secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Paul Singer pronunciou a seguinte frase: “Não quero mais comentar se o governo está ou não no caminho certo, como fazia antes. Não tenho mais este direito.”⁷¹

⁶⁸ Vladimir Lênin. *Oeuvres choisies*. Moscou: Progrès, 1975, t. 2, p. 359.

⁶⁹ O governo Lula abandonou o socialismo, até mesmo a formulação moderada e revisionista de democracia de massas: “hegemonia da classe operária no pluralismo. É uma fórmula que não se limita a indicar a direção da classe operária baseada no consenso; é uma fórmula que já alude a uma precisa forma política e estatal do consenso.” (Pietro Ingrao. *As massas e o poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 151-152).

⁷⁰ Antonio Gramsci. *Op. cit.*, p. 962.

⁷¹ *Correio Braziliense*, 27 jun. 2003, p. 5. Voltados especialmente para os assuntos de políticas públicas, os *think tanks* (tanques de reflexão) são instituições de pesquisa estadunidenses, com fins ditos não lucrativos, que serviram de ninhos pós-modernos para os falcões neoconservadores e integristas, especialistas em confundir tanto os interesses públicos com os privados, como assuntos de Estado com os da Igreja. No Brasil, considerada a famigerada “originalidade da cópia” (Fernando H. Cardoso. *As idéias e seu lugar*. São Paulo: Vozes/Cebrap, 1980), dentre os *think tanks* de centro-esquerda mais bem sucedidos ou influentes encontra-se o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que foi dirigido por Cardoso, antes de se tornar político profissional. Em geral, os principais membros desta instituição passaram a atuar como intelectuais vinculados com o social-liberalismo de Cardoso e/ou de Lula, como Francisco Weffort, José Arthur Giannotti, José Serra, Lucio Kowarick, Paul Singer e Francisco de Oliveira. Recentemente, este último tem-se declarado, na mídia, contra o continuísmo daqueles dois projetos políticos, a reforma da previdência imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial, a primazia da vertente neoliberal-conservadora, etc.

Portanto, de acordo com a dialética do universal e do específico, se constituiu na periferia o *clã dos carcarás*, que se reclama incoerentemente do liberalismo e do socialismo, para apoiar o projeto brasileiro de adesão à globalização neoliberal, conduzido por uma coalizão bizarra da burguesia nacional associada à *roleta global*⁷² com a nova burocracia sindical associada ao *capitalismo patrimonial*.⁷³ De fato, as contra-reformas elaboradas servil e autoritariamente pelos carcarás de Lula foram exigências totalitárias e imperialistas dos falcões de Bush, através do FMI e do Banco Mundial. Afinal de contas, quem não tem falcão caça com carcará.⁷⁴

A previdência complementar

Antes mesmo do ataque ao direito constitucional de solidariedade entre gerações e de previdência pública integral, dois membros do clã dos carcarás — um ministro e um secretário do alto escalão do governo, responsáveis pela Previdência Social e pela Previdência Complementar — publicaram um artigo sobre a “nova previdência complementar”, no qual advogaram que o “projeto estratégico de desenvolvimento nacional” procurava atender ao compromisso do governo “de estimular o crescimento da poupança previdenciária brasileira, democratizando o acesso dos trabalhadores aos fundos de pensão.”⁷⁵ A novidade reside no fato de que durante a campanha presidencial, o compromisso era com o estímulo aos empreendimentos produtivos, em especial, e não às atividades especulativas. Na situação concreta do transformismo e do autoritarismo, muito antes pelo contrário, instaurou-se a regulação pseudoconcreta que agrada sobretudo ao rentista, ou seja: “com as recentes deliberações do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, órgão regulador do sistema de fundos de pensão fechados, já

⁷² Peter Gowan. *Op. cit.*

⁷³ Michel Aglietta. Towards a new regime of growth. *New Left Review*, n. 232, 1998 e André Orléan. *Op. cit.*

⁷⁴ Na genial poesia de João do Vale, o carcará é a águia do sertão.

⁷⁵ Ricardo Berzoini e Adacir Reis. A nova previdência complementar. *Folha de S. Paulo*, 10 jun. 2003, p. A3.

podem ser criados planos de previdência por sindicatos e entidades de profissionais liberais, aproveitando-se a identidade de grupo existente entre os associados de sindicatos e entidades classistas setoriais”⁷⁶.

Evidentemente esta regulamentação periférica é bem menos eficaz e complexa do que a regulamentação central dos fundos de pensão e companhia, a qual inclusive foi testada concretamente nos Estados Unidos, a Meca da *nova economia*, onde não se prestou para superar a insegurança, a corrupção, a opacidade, a especulação, etc. Trata-se de uma *grande transformação*⁷⁷ retroativa e reacionária, cuja apologia jamais mereceu tanto a designação de “economia política do rentista”.⁷⁸ Ficou cada vez mais evidente que a integração dos trabalhadores no projeto social-liberal através das trapaças do *capitalismo patrimonial* “é, de fato, uma das modalidades da mudança da gestão da força de trabalho pelo capital. Inscreve-se numa correlação de força favorável ao capital relativamente ao trabalho, e não num novo compromisso entre as classes.”⁷⁹

No Brasil, isto se manifestou no denominado projeto estratégico de desenvolvimento nacional, que resultou da correlação de forças desfavorável às massas trabalhadoras, a qual foi institucionalizada, autoritariamente, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que se tornou, na prática, um “Conselho dos Figurões de São Paulo”, com a colaboração e a participação de vários membros do clã dos carcarás, especializados na área da colaboração de classe. O conto-do-vigário se apresentou encoberto de ardil, sob uma dupla falácia, a saber: “além dos benefícios proporcionados diretamente aos participantes desses planos de previdência, o Brasil terá mais recursos de longo prazo para investimentos na atividade produtiva, na infra-estrutura e na ampliação do crédito.”⁸⁰ O governo quer incentivar trabalhadores a poupar e investir em fundos previdenciários, mas a previdência privada não implica am-

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ Karl Polanyi. *Op. cit.*

⁷⁸ Bukharine, Nicolas. *L'économie politique du rentier*, Paris: EDI, 1972.

⁷⁹ Suzanne Brunhoff, *et alii*. *Op. cit.* p. 75.

⁸⁰ Ricardo Berzoini & Adacir Reis. *Op. cit.*, p. A3.

pliação de poupança e que o dinheiro dos fundos já existentes tenham sido aplicados produtivamente.

Os carcarás da área previdenciária, sob o ângulo dos interesses do *capitalismo patrimonial*, fizeram uma apologia rapace dos “fundos de pensão” com “maior flexibilidade e dinamismo” e, “levando em conta o potencial existente”, para sustentar a deflagração de “um novo ciclo de crescimento da poupança previdenciária brasileira”. Sob o ângulo dos interesses da *roleta global*, prometeram o possível (“criação de fundos de pensão”, com “ganhos de escala” e sob “gestão rigorosamente profissional”) e o impossível (“regras claras e estáveis, capazes de assegurar aos participantes de fundos de pensão transparência, segurança e rentabilidade”).⁸¹ Como toda regra tem exceção, uma pesquisa no *curriculum vitae* do presidente do Banco Central do Brasil, revelou que Henrique Meirelles ainda hoje recebe do *BankBoston* uma aposentadoria de US\$ 750 mil por ano.

■ À guisa de conclusão provisória

Em termos de produtividade e de combate à fome, preparou-se um *baião-de-dois* indigesto, para um nordestino ou assemelhado da classe dos explorados, oprimidos e humilhados, membro da superpopulação relativa ou do assalariado estável, quer viva aqui (sob a mira da contra-reforma constitucional, como todos os funcionários públicos), ali (no poder, em Brasília, como representante daquela classe) ou acolá (compondo a superpopulação relativa, como os trabalhadores sem-terra, debaixo de uma ponte ou de uma lona): *uma associação do apetite do rentista com a vontade de comer do burocrata, que se estimulam mutuamente em vez de se aplacarem.*

A posição contra esta articulação perversa deve superar o equívoco da tese de que o movimento social e o movimento político deveriam se excluir mutuamente. Ao contrário, “não há jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo”.⁸² Tanto no capitalismo moderno, como no pós-

⁸¹ *Idem.*

⁸² Karl Marx. *Misère de la philosophie*. Paris: Sociales, 1972, p. 179.

moderno, no período que antecede cada reforma geral da sociedade, a última palavra permanece com George Sand: “o combate ou a morte”.⁸³

Portanto, ao se fazer uma *antecipação concreta*⁸⁴ de superação do estado de coisas presente, se adota ao mesmo tempo a “participação ativamente consciente no processo imanente à História, aquele do remodelamento revolucionário da sociedade”.⁸⁵ Portanto, a divisa do clã dos carcarás jamais poderia ser *de cada um conforme suas possibilidades, a cada um conforme suas necessidades*,⁸⁶ que estará inscrita na bandeira da emancipação da classe trabalhadora e da superação efetiva da fome que assola a humanidade. Ao contrário, em razão de pactuar conforme os interesses empresariais dos que personificam o lucro (inclusive o financeiro), isto é, “uma mais-valia extorquida” dos trabalhadores, de um lado; e, do outro, por adotar a lógica de favorecer a elevação da taxa de exploração, para aumentar a “taxa de lucro médio”, que “está na base da solidariedade de classe dos capitalistas”,⁸⁷ o lema daquele clã oportunista e rapaz é “carcará... pega [a utopia concreta], mata e come [no festim palaciano e rentista]” (João do Vale).

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ Ernst Bloch. *Le Principe Espérance*. Paris: Gallimard, 1982, t. II, p. 211.

⁸⁵ *Idem*, p. 213.

⁸⁶ Karl Marx. *Critique du Programme de Gotha*. Pequim: Langues Étrangères, 1975, p. 16.

⁸⁷ Ernst Bloch. *Op. cit.*, p. 212.